

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVII

FLORIANÓPOLIS, 7 DE DEZEMBRO DE 2018

NÚMERO 7.366

MESA

Silvio Dreveck
PRESIDENTE

Leonel Pavan
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Valdir Cobalchini
Vice-Líder: Mauricio Eskudlark

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB, PODEMOS**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Leonel Pavan

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ricardo Guidi
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Antônio Aguiar
Cesar Valduga
Moacir Sopelsa
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Dr. Vicente Caropreso
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga – Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Ada Faraco de Luca
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Valmir Comin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Guidi - Presidente
Serafim Venzon – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ada Faraco de Luca
Gelson Merisio
Valmir Comin
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Moacir Sopelsa – Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Jean Kuhlmann
Valmir Comin
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
João Amin
Marcos Vieira
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Mauro de Nadal - Presidente
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Valmir Comin
Cleiton Salvaro
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Fernando Coruja - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Cesar Valduga
Ada Faraco de Luca
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Dr. Vicente Caropreso
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Fernando Coruja
Serafim Venzon
Antônio Aguiar
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera – Vice-Presidente
Darci de Matos
Fernando Coruja
Luiz Fernando Vampiro
Valmir Comin
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Antonio Aguiar
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Dr. Vicente Caropreso
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
José Milton Scheffer
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti – Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Darci de Matos
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 113ª Sessão Ordinária realizada em 28/11/2018..... 2 Ata da 030ª Sessão Especial realizada em 28/11/2018..... 6</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes..... 7 Extratos..... 8 Portarias..... 9 Projeto de Conversão em Lei 10 Projetos de Lei 10</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2018

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck
Mário Marcondes
Kennedy Nunes
Dirce Heiderscheidt

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Parabeniza à direção e todos os servidores da Fundação Catarinense de Cultura, FCC, pela comemoração dos 40 anos de fundação da

instituição, que irá ocorrer em 2019, e será marcado por diversas atrações culturais. Agradece sensibilizado o convite para participar do ato. Destaca que a intenção do órgão é mostrar à sociedade leques de ações que desenvolvem.

Cita o Projeto de Lei n. 0238, aprovado pela Alesc, e que criou o Sistema Estadual de Cultura, que representou um marco regulatório no desenvolvimento de diretrizes, e qualificação de políticas públicas, para o setor cultural catarinense. Apoia o pleito funcional dos funcionários da fundação e da Secretaria de Turismo, que há algum tempo estão lutando para também terem o direito à concessão da gratificação da Lei da Proficiência. Justifica alegando que outros servidores estaduais a recebem.

Conclui ressaltando a importância da cultura e do turismo, que contribuem para o desenvolvimento da economia do estado, já que o mesmo é pioneiro em receber muitos turistas, devido a suas belas praias na temporada de verão. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Reporta-se aos quatro anos do seu mandato como parlamentar, quando priorizou temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social catarinense, entendendo que sem o econômico não se faz o social, e que em economia não existe milagre.

Neste sentido, fala sobre a cultura da tilápia no estado, que representa aproximada-

mente 53% da produção nacional de peixes, obtendo um crescimento de 14,20% no período, com a geração de um milhão de empregos diretos e indiretos e movimentando cerca de R\$ 4 milhões/ano.

Destaca que, dentre o maiores piscicultores nacionais, Santa Catarina aparece em 5º lugar, citando documento sobre os avanços da piscicultura catarinense entre os anos de 2005 a 2015, onde a produção cresceu em média 8,3% ao ano, passando de 19,3 mil toneladas de peixes de água doce para 42,7 mil toneladas. Crescimento este, devido principalmente ao aumento do número de produtores comerciais e à produtividade.

Ressalta o exemplo exitoso da Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - Coomapeixe, do município de Timbó, que chegou a receber e industrializar cerca de 2.500 quilos de tilápia por semana, mas hoje, com a crise, teve sua produção reduzida a mil quilos. Relata que, para superar esta fase, o governo, através do Programa Santa Catarina Rural, prometeu repassar, por meio de subvenção, R\$ 400 mil para expansão de projetos e instalação de nova unidade de beneficiamento de pescados em Timbó, e também disponibilizou empréstimo junto ao Fundo de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina para a cooperativa, no valor de R\$ 300 mil, sem cobrança de juros. Contudo, esclarece

que alguns valores ainda estão pendentes, inviabilizando o término das obras.

Declara que se estes recursos forem disponibilizados, a cooperativa alcançará a meta de dez mil quilos de tilápia por semana, incentivando os piscicultores a produzirem mais e melhor. Também refere-se ao projeto de iniciativa do governo, que será votado em Plenário, na presente data, que é de interesse dos produtores da Coomapeixe, mas também de centenas de produtores em todo o estado, empenhando o seu apoio à piscicultura catarinense.

Deputado Padre Pedro Baldissera (Aparteante) - Registra que o projeto de lei citado já passou pelas comissões de Justiça, de Finanças, e de Agricultura e Pesca, estando apto para apreciação do Plenário, e vai atender uma grande demanda relacionada à piscicultura catarinense. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Solidariza-se ao pronunciamento do deputado Leonel Pavan, enaltecendo o evento ocorrido no CIC em homenagem aos 40 anos da Fundação Cultural Catarinense, considerada a maior agência fomentadora de cultura no estado de Santa Catarina. Paralelamente, utiliza-se do viés negativo para o Brasil, noticiando o fechamento das duas maiores livrarias do Brasil, Saraiva e Cultura, por falta de leitores, prejudicando consideravelmente as próximas gerações, conforme citação de Monteiro Lobato: "Um país se faz com homens e livros".

Seguindo a linha de raciocínio do referido escritor brasileiro, ressalta que a literatura é importante na busca de transformação, cita o autor Haroldo Brum, que em seu livro, *Como e porque ler faz* alusão a uma importantíssima frase: "Com a leitura, nós acendemos a chama do intelecto." Alude também o autor, Roland Barthes, em sua literatura *Aula*, destaca que todas as ciências estão presentes no mundo literário, representando uma oportunidade de vivenciar outras experiências.

Finaliza, afirmando que a Casa Legislativa cumpre sua missão na área da literatura por meio do programa 'Cem Livros, Sem Custos', à disposição de todos os catarinenses, porém ainda desconhecido. [Taquígrafa: Elzamar]

Partidos Políticos

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Tece comentários sobre o congresso estadual da Uvesc - União dos Vereadores de Santa Catarina, que ocorre nas dependências da Alesc, e considera importante que se faça o debate de repensar a política no estado, bem como as mudanças necessárias que a sociedade brasileira almeja. Faz referências às despesas das câmaras de vereadores ao questionar o número excessivo de servidores públicos que causam oneramento para a máquina pública, bem como cita a previsão de redução nos contratos da Alesc para o próximo ano.

Demonstra preocupação com relação ao indulto de Natal, que libera um número considerável de presos, de forma definitiva, devido o provável perdão que o presidente da República concede a presos como ocorreu no ano anterior, quando os encarcerados que já haviam cumprido 20% da pena e tinham bom comportamento foram favorecidos. E, ao mesmo tempo, cita fala do procurador da República, Deltan Dallagnol, ao dizer que dos 39 condenados na Lava Jato, 22 terão direito à liberdade. Assim, percebe o risco de os criminosos de colarinho branco, crime considerado sem violência e sem ameaça, da referida Operação serem beneficiados. Avalia tal procedimento como um dano irreparável à

sociedade brasileira, principalmente a parcela mais pobre que sofre as consequências da corrupção. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Demonstra preocupação com a sociedade catarinense, com relação a obras gigantescas em Santa Catarina, que estão a décadas sendo construídas, e que não têm previsão para terminar. Cita a Ponte Hercílio Luz, a da BR-280, que liga a BR-101 até o município de Jaraguá, e muitas outras em várias áreas do estado.

Comenta sobre um problema milenar, chamado Dengue, o combate ao *aedes aegypti*, mencionando que na última semana de novembro, está sendo promovida mobilização nacional de combate a doença. Cita que todos os municípios de Santa Catarina, estarão desenvolvendo ações para conscientizar a população mais uma vez, sobre a importância da eliminação de criadouros do mosquito. Alerta conforme dados da Secretaria da Saúde, a infestação é a maior já registrada no território catarinense, portanto, a situação é grave, porque existe agora outra variação da doença, que é o Dengue 2, e a pessoa pode contrair a doença até quatro vezes ao longo da vida.

Encerra seu discurso ressaltando que a situação é preocupante, os focos do mosquito estão localizados em 159 cidades, inclusive em regiões turísticas que vão receber muitos turistas, já que está começando a época de temporada. Apela dizendo que é fundamental a realização de ações conjuntas e coordenadas de diversos setores, e a população tem que participar. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Dá continuidade ao tema da Saúde, já discutido por outros deputados, repercutindo matéria de jornal catarinense que diz que a melhora do atendimento oferecido pelo SUS é um dos principais pedidos de dez entre dez moradores dos bairros de Florianópolis.

Acrescenta o seu ponto de vista, de que há uma grande expectativa de melhorias na área da saúde, e preocupa-se com os rumores de que o próximo governo deseja retomar o percentual destinado à Saúde a 12%, considerando tal fato, se verdadeiro, um retrocesso.

Registra, também, sua preocupação com os débitos na área da saúde, cujos fornecedores estão na expectativa de receber seus créditos junto à Secretaria da Saúde, tendo a mesma informado que tem em torno de R\$ 400 milhões reconhecidos, e outros tantos na gaveta aguardando análise.

Acredita que deveria ser feito um grande esforço para zerar estes débitos, e o governo precisa cumprir de fato o percentual estabelecido para a Saúde, também na parte financeira, e não apenas autorizando o empenhamento.

Relata que o Secretário da Fazenda, em reunião de comissão da Casa Legislativa, anunciou que no período foi empenhado aproximadamente 14%, entretanto, constatou-se que, em termos financeiros, o repasse ficou em torno de 11%. Tendo em vista tal situação, afirma que não adianta empenhar se não tem o dinheiro para pagar. Apela ao governo para que coloque em dia esta situação com os fornecedores, e que esta equipe de transição que está pensando o novo governo não retroceda, voltando aos antigos percentuais, porque isso traria grande prejuízo à Saúde dos catarinenses. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Tece comentários questionáveis a respeito da dívida da secretaria de estado da Saúde para com os hospitais públicos de Santa Catarina e afirma que não há débito para nenhum deles, pois as instituições de saúde do governo possuem uma estrutura funcional que, muitas vezes é complicado administrar, porém os serviços de lavanderia, laboratório e outros são comprados, e é fácil controlar; bem como a cada mês do dia 26 efetua-se o pagamento de todos os funcionários públicos catarinenses, incluindo os dos hospitais.

Declara que, na verdade, a dívida do estado é consolidada para com os aproximadamente 20 mil médicos que trabalham nos 180 hospitais filantrópicos, os quais atendem os 70% do SUS; e com os 295 municípios que têm a cooperação do estado na prestação de serviços ambulatoriais. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0018/2017, e 0216/2018.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0112/2018, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, que denomina SD BM Maurício da Silva Valls o quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, situado no município de Gaspar.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0099/2018, de autoria do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.736, de 2012, que dispõe, define e disciplina a piscicultura de águas continentais no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Presidência, com a aquiescência das lideranças retira a matéria de pauta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0162/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta, que declara de utilidade pública a Associação Natureza Sempre Viva, de Concórdia.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0195/2018, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, que declara de utilidade pública a Associação Academia de Futebol Criciúma.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0201/2018, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação Gasparense de Amparo e Proteção dos Animais (ONG-AGAPA), do município de Gaspar.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0228/2018, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Centro Educacional Vianna de Carvalho, de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0249/2018, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Arte Mais Suave, de Brusque.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0260/2018, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que declara de utilidade pública a Associação Socorrendo Cristãos Perseguidos, de Pomerode.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0275/2018, de autoria do deputado Fernando Coruja, que altera a Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para que a concessão do título passe a se dar por Ato da Mesa da Alesc.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Mauro de Nadal.

A Presidência, com a aquiescência das lideranças retira a matéria de pauta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0278/2018, de autoria do

deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Orquestra Sinfônica de Santa Catarina (OSSCA), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0283/2018, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei nº 16.318, de 2014, que declara de utilidade pública o Instituto Vida de Assistência à Saúde, de Garuva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0284/2018, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que revoga o item 1.039 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0285/2018, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação da Associação Beneficente Pássaros de Luz, de Itajaí, para Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Educação Condutiva Pássaros de Luz.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0215/2018, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que institui o Dia Estadual do Optometrista, na data que especifica.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0251/2018, de autoria do deputado Ricardo Guidi, que confere ao município de Armazém o título de Capital Catarinense da Tilápia.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Pesca e Aquicultura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0315/2015, de autoria do deputado Patrício Destro, que altera a Lei nº 10.309, de 1996, que institui a gratuidade para a realização de laqueadura tubária e vasectomia, nos hospitais e maternidades públicas estaduais e/ou conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Serafim Venzon e Fernando Coruja.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0173/2018, de autoria do deputado Cesar Valduga, solicitando ao secretário da Agricultura informações acerca das medidas e prazos adotados quanto a Instrução Normativa 46/2017 e às recomendações internacionais para exportação e transporte de animais vivos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0296/2018, de autoria do deputado Ismael dos Santos, cumprimentando o senhor Gilson Oliveira de Siqueira pelos 30 anos de serviços prestados como Pastor Presidente da Igreja do Evangelho Eterno, e 13 anos como presidente do Conselho de Pastores, no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0297/2018, de autoria do deputado Ismael dos Santos, cumprimentando o pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de São Bento do Sul pela passagem dos 77 anos de existência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0298/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta, manifestando aos familiares do senhor Hugo Nicolau Riffel, pesar pelo seu falecimento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0299/2018, de autoria do deputado Kennedy Nunes, cumprimentando o Tenente Coronel Comandante Reinaldo Sótão Calderaro, pela realização do evento "Natal Luz do Nosso Batalhão".

Em discussão.

(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Requerimento n. 0893/2018, de autoria do deputado Valdir Cobalchini e outro(s), que requer apreciação em regime de prioridade o PL nº 288.9/18.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0900/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando ao gerente da TIM em Santa Catarina a instalação de torre de telefonia móvel nas comunidades do interior desprovidas de cobertura de sinal, bem como a regularização e melhoria no fornecimento de sinal na área urbana do município de Campos Novos.

Em discussão.
Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Darci de Matos e Dirceu Dresch.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0901/2018, de autoria do deputado Leonel Pavan, que requer apreciação em regime de prioridade do PL 205.1/2018.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0902/2018, de autoria do deputado Leonel Pavan, que requer apreciação em regime de prioridade do PL 0194.4/2018.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0903/2018, de autoria do deputado Leonel Pavan, que requer apreciação em regime de prioridade do PL 0037.9/2015.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0904/2018, de autoria do deputado Leonel Pavan, que requer apreciação em regime de prioridade do PL 534.4/2015.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0905/2018, de autoria do deputado Leonel Pavan, que requer apreciação em regime de prioridade do PL 0017.0/2015.

Em discussão.

(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0906/2018, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, que requer apreciação em regime de prioridade dos Projetos: 402.4/2016, 015.8/2016, 163.8/2018, 207.3/18 e 208.4/2018.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0909/2018, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que requer tramitação em Regime de Prioridade dos Projetos de Lei 66.8/2018, 65.7/2018, 124.1/2018, 140.1/2018, 144.5/2018, 145/2018, 180.9/2018, 197.7/2018, 23.8/2018, 323.6/2017, 358.6/2017, 368.8/2017, 509.3/2017, 55.5/2016 e o Projeto de Lei Complementar 03.0/2018.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0910/2018, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que requer tramitação em Regime de Prioridade aos Projetos de Lei 19.1/2017, 48.6/2016, 152.5/2017, 179.5/2017, 219.7/2018, 379.0/2017, 466.9/2017, 518.4/2017, 120.8/2017 e ao Projeto de Lei Complementar 29.9/2018.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0890/2018, de autoria do deputado Mário Marcondes; 0891/2018 e 0897/2018, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0892/2018, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0894/2018, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0895/2018 e 0908/2018, de autoria do deputado Milton Hobus; 0896/2018, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0898/2018, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0899/2018, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera; e 0907/2018, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

A Presidência comunica ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0476/2018, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0477/2018, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0478/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0479/2018, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Finca a pauta da Ordem do Dia.
[Coordenadora Carla]

Explicação Pessoal

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Registra o falecimento do servidor Custodio Souza, que trabalhou na Casa por 26 anos, chefou seu gabinete por três mandatos, foi

parceiro, foi amigo, e deixará uma lacuna muito grande. Solicita ao sr. presidente um minuto de silêncio em homenagem ao falecido.

Comunica que participou na Ilha dos Açores, em Portugal, representando a Casa, do encontro de Deputados Estaduais de países da Europa, com 17 representantes, acrescentando que o assunto tratado foi Igualdade de Gênero, isto é, a igualdade de trabalho e renda entre homens e mulheres. Cita que na Europa 84% dos cuidadores de crianças e idosos, são mulheres. Menciona que pela primeira vez vê um Parlamento ou reunião de parlamentares, discutir o assunto. Relata que alguns debateram que a não contratação de mulheres ocorre, porque as mesmas têm ciclo menstrual, gravidez e cuidado com os filhos pequenos, e isto interfere na produção do trabalho.

Lembra caso parecido ocorrido na Alesc, há alguns anos, quando policiais militares mulheres, que passaram no concurso, tiveram que lutar para serem chamadas, porque a Segurança Pública alegava que as mesmas não teriam condições iguais para enfrentar o crime como os homens.

Conclui destacando que não concorda com o diálogo preconceituoso com relação às mulheres, e que as mesmas são muito importantes em qualquer serviço, acha um absurdo. Afirma que ninguém merece tratamento desigual. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Registra sua presença no Seminário Internacional de Cooperativismo de Crédito Solidário, que está acontecendo em Chapecó, onde será debatido o futuro do cooperativismo de crédito solidário, que muito contribui para o desenvolvimento dos municípios, porque mantém o crédito no local, fortalecendo aquela economia. Cumprimenta os organizadores, a Cresol Central, bem como as demais cooperativas que participam desse grande evento.

Também refere-se ao pronunciamento do deputado Kennedy Nunes, acrescentando que este é o debate que o PT sempre quis fazer, sobre o combate à discriminação da mulher, mas teve sua iniciativa distorcida por aqueles que o acusam de influenciar crianças quanto à opção sexual.

Ressalta que é na escola que as crianças vão aprender o respeito às mulheres, e que as mesmas são responsáveis pela perpetuação da vida e do cuidado com o bem estar dos seus filhos, motivo pelo qual não podem ser acusadas de produzir menos no trabalho, como justificativa para não serem contratadas ou para terem uma remuneração menor.

Outrossim, destaca que o presidente eleito tem feito declarações machistas, o que considera um retrocesso. Comenta que o estado catarinense é um dos campeões nacionais em violência contra as mulheres, mortes e estupros, alertando para a necessidade de discutir este assunto na escola. Esclarece que o debate de gênero a ser levado às escolas é a valorização e o respeito às mulheres, especialmente. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - A Presidência, não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, em comemoração aos 50 Anos de Atividades da Imprensa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. [Taquígrafa: Sara].

ATA DA 030ª SESSÃO ESPECIAL

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA,

REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2018,

EM COMEMORAÇÃO AOS 50 ANOS DE ATIVIDADES DA IMPRENSA

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no período de 1999 a 2000, deputado Gilmar Knaesel;

Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no período de 1991 a 1992, Otávio Gilson dos Santos;

Senhora diretora da Diretoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Thamy Soligo;

Ilustríssimo senhor chefe da Comunicação Social da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, coronel Arilson Pinheiro Paiva, neste ato representando o ilustríssimo senhor general de brigada Ricardo Miranda Aversa;

Excelentíssimo senhor coordenador de Comunicação Social do Ministério Público de Santa Catarina - MPSC, Carlos Rocha dos Santos, neste ato representando o excelentíssimo senhor procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, Sandro José Neis;

Senhor presidente da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista, Ademir Arnon, neste ato representando toda a imprensa catarinense;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, esta sessão especial foi convocada por solicitação da Mesa e aprovada, por unanimidade, pelos demais parlamentares em comemoração aos 50 anos de Atividades da Imprensa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo Coral da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

[Degravação: Tayliny da Silva]

Registro ainda a presença das seguintes autoridades:

Senhor Ivonei Fazzioni, assessor de imprensa, neste ato representando o senhor presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc, senhor Mário Cezar de Aguiar;

Senhor jornalista Marco Aurélio Gomes, assessor de imprensa da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão - Acaert;

Senhor Luís Meneghim, diretor de Conteúdo, neste ato representando o senhor presidente do Grupo RIC, Rede Independência de Comunicação, senhor Marcelo Corrêa Petrelli;

Senhor Paulo Boscoli, diretor de Comunicação da Secretaria de Estado da Comunicação;

Senhor Hermann Neto, diretor-geral do Jornal Imagem da Ilha;

Senhor Diego Vieira de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Muito obrigado pela presença de todos! A seguir, teremos a apresentação de um vídeo

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas) [Degravação: Taquígrafa Ana

Maria]

Convido o eminente ex-presidente, hoje nosso ex-deputado, Otávio Gilson dos Santos, para falar em nome de todos aqui presentes.

O SR. OTÁVIO GILSON DOS SANTOS - Senhor presidente da Assembleia Legislativa, deputado Silvio Dreveck, senhores deputados aqui presentes, senhoras, senhores, membros da Mesa, jornalistas catarinenses, em especial aqueles que comemoram 50 anos de atividades nesta Casa Legislativa.

Sem dúvida alguma, a Assembleia Legislativa deve muito aos jornalistas que cobrem esta Casa. Sem eles, teríamos muitas dificuldades em fazer com que o trabalho aqui prestado cotidianamente fosse de conhecimento da população catarinense.

Graças a eles, com uma plêiade de companheiros e jornalistas competentes, cito aqui com enorme satisfação, a Jamile, uma das pessoas que congregou a imprensa com todo o povo de Santa Catarina e, particularmente, com a política catarinense. Para fazer isso é necessário competência e coleguismo de pessoas que precisam trabalhar em conjunto, visando acima de tudo o bem estar da população.

Eu que tive a oportunidade de permanecer aqui por 20 anos, além da honra e alegria de ser presidente desta Casa, nos anos de 1991 e 1992, sou testemunha de que a Assembleia Legislativa sempre teve respeito e admiração à população de Santa Catarina. [Degravação: Roberto Machado]

Vejo ao lado do presidente Silvio Dreveck, o ex-presidente desta Casa, Gilmar Knaesel, amigo de longa data, fomos deputados, por vários anos, procurando representar o estado de Santa Catarina.

Eu gostaria de cumprimentar o Arnon, uma pessoa que dirige a imprensa de Santa Catarina com muita competência, mas que nunca perdeu a simplicidade. Sempre procurou fazer com que todos os seus jornalistas fossem reconhecidos pelo brilhante trabalho que prestam em dar informação para todo o estado.

Primeiramente queria dizer que já faz muito tempo que eu não ocupo uma tribuna, e disse ao presidente Silvio Dreveck que ele estava bancando o amigo da onça comigo. Mas quero pedir desculpas por não ter me pronunciado como muitos poderiam crer que eu faria.

Quero dizer que, nos 20 anos em que estive nesta Casa, sempre externei pela imprensa e por seus servidores o maior respeito e a maior admiração. Procurei, dentro do que foi possível, fazer tudo aquilo que é inerente à competência e à responsabilidade de um presidente de Poder.

Deputado Silvio Dreveck, informe os seus companheiros, os membros da Mesa e todos os parlamentares desta Casa do nosso respeito e admiração. Mais uma vez,

cumprimento todos os jornalistas que efetivamente sempre cumpriram com o seu dever e com a sua obrigação.

Parabéns! Tenham a certeza de que, em toda a minha vida, expressei muita consideração por todos vocês.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Senhor deputado Otávio Gilson dos Santos, sua excelência é um tribuno nato, pode voltar a esta Casa, assim que desejar e conseguir os votos, com certeza será bem acolhido. Muito obrigado por suas palavras e pelo seu reconhecimento.

A seguir, convido o mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem aos 50 anos de Atividades da Imprensa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Convidamos o excelentíssimo senhor presidente, deputado Silvio Dreveck, para fazer a entrega das homenagens.

Convidamos para receber a homenagem, em nome da Diretoria de Comunicação Social, a senhora diretora Thamy Soligo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a servidora aposentada da Diretoria de Comunicação Social, senhora Jamile Machado.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o servidor aposentado da Diretoria de Comunicação Social, senhor Orestes Araújo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Parlamento Catarinense fará entrega de certificados aos diretores que muito contribuíram para a construção destes 50 anos de história.

Convidamos para receber o certificado o senhor André Fretta May.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)[Degravação: Taquígrafa Sara]

Convidamos para receber o certificado o senhor Bonifácio Thiesen.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor José Francisco Alves.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora Lúcia Helena Evangelista Vieira.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora Maria Ivonete Lessa. (Procede-se à entrega do certificado.) (Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora Marise Ortiga Rosa. (Procede-se à entrega do certificado.) (Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor Osmar Teixeira. (Procede-se à entrega do certificado.) (Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor Samir Machado, neste ato representado pela senhora Stela Maris Martins da Silva.

(Procede-se à entrega do certificado.) (Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor Sérgio Lopes. (Procede-se à entrega do certificado.) (Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora Thamy Soligo. (Procede-se à entrega do certificado.) (Palmas)

Agradecemos ao excelentíssimo senhor presidente desta Casa Legislativa, deputado Silvio Dreveck, pela entrega das homenagens.

Neste momento, o Coral da Alesc nos brindará com a música *Eu quero apenas* de autoria de Roberto Carlos.

Muito obrigado!

(Procede-se à interpretação da música.) (Palmas) [Degravação: Cinthia de Lucca]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido para fazer uso da palavra, a senhora gerente de Comunicação Social, Rossana Maria Borges Espezin.

A SRA. ROSSANA MARIA BORGES ESPEZIN - Boa noite. Realmente hoje

estamos entre amigos, estou muito contente com a presença de vocês. Muito obrigada por terem vindo!

Quero agradecer também ao presidente da Alesc, Silvio Dreveck, e aos demais deputados, pela oportunidade de oferecer esta homenagem que, na verdade, é um agradecimento a vocês que fizeram da comunicação legislativa da Alesc uma referência nacional.

Afinal, todo o jornalista tem, lá no fundo, aquela vontadezinha de transformar o mundo, de fazer a diferença e deixar a sua marca. Vocês fizeram isto com ousadia, comprometimento e idealismo.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Antes de fazer o encerramento, eu gostaria de, em nome dos 40 deputados, reconhecer o grande trabalho realizado, nestes 50 anos, que, além de informar a população sobre a atividade parlamentar, contribuiu muito também para a nossa democracia.

As pessoas somente tem conhecimento através dos meios de informação. É uma história que aqui quero compartilhar e, ao mesmo tempo, enaltecer a presença dos ex-presidentes desta casa, deputados Otávio Gilson dos Santos e Gilmar Knaesel, que presidiram e tiveram uma grande contribuição para que a imprensa fosse fortalecida.

É uma história que começou, como a Jane colocou aqui para nós, e nós chegamos à época em que veio a televisão, o rádio, as redes sociais, avanços tecnológicos fantásticos. [Degravação: Nicole Engel]

Mas se não tivéssemos profissionais, toda essa tecnologia, todos esses equipa-

mentos, nada disso teria importância, pois quem faz acontecer são as pessoas. Por isso, nós queremos, em nome da Assembleia, agradecer, reconhecer e enaltecer, e que vocês continuem firmes e fortes trabalhando com a informação.

A informação quando é verdadeira, quando é imparcial, enriquece o conhecimento das pessoas, pois estas estão lendo, estão ouvindo.

Não poderia deixar de reconhecer, em nome de todo o Parlamento, que é com mérito e com justiça que merecem esta singela homenagem na noite de hoje.

Agradecer também ao nosso coral que abrilhanta mais esta noite especial, aos servidores desta Casa que sempre estão aqui, deputado Gilson e Gilmar. É difícil de as pessoas compreenderem que o servidor da Assembleia não tem horário, às vezes o trabalho termina as oito, outra as nove, às vezes começa as oito. Somente quem está no dia a dia sabe da importância do nosso servidor aqui na Assembleia Legislativa.

À imprensa escrita e falada que nos prestigia, obrigado por todos os presentes!

A Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos honraram com o seu comparecimento, nesta noite, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo Coral da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental. [Degravação: Iago Zilli][Revisão: Taquígrafa Eliana].

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos sete dias do mês de março de dois mil e dezoito, às onze horas, na Sala de reunião das Comissões sob a Presidência do Senhor Deputado Padre Pedro Baldissera, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Pesca e Aquicultura. Foram registradas as presenças dos senhores Deputados: Padre Pedro Baldissera, Dóia Guglielmi, Valdir Cobalchini e Manoel Mota. Foram justificadas as ausências dos senhores Deputados: Rodrigo Minotto, Gabriel Ribeiro e José Milton Scheffer. Dando continuidade, o senhor **Presidente** registrou as presenças de Antônio Melo, Representante da Associação Catarinense de Aquicultores; Gilson Marcos dos Santos, Secretário de Pesca e Maricultura de Governador Celso Ramos; Cristiano Santos, Presidente da Associação dos Maricultores de Governador Celso Ramos; Juarez Espelocin dos Santos, Presidente do Sindicato dos Pescadores Artesanais de Santa Catarina; José Henrique Francisco dos Santos, Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura e Pesca da Palhoça; Gustavo Barzan, Secretário de Pesca e Agricultura de Laguna. Havendo quorum regimental, o senhor **Presidente** Deputado Padre Pedro Baldissera falou sobre as duas **Moções**, a Moção 0019.4/2018 e a Moção 0031.0/2018. O senhor **Presidente** também mostrou muita indignação com o descaso quanto à transferência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca para vários ministérios, e que isso tem atrapalhado o desenvolvimento de políticas públicas para a área, principalmente a demora das liberações do Registro Geral das Atividades Pesqueiras (RGP). A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Dóia Guglielmi** que se pronunciou falando

da importância das Moções encaminhadas a Brasília e se colocou à disposição da categoria. Dando continuidade, o senhor **Presidente** passou a palavra ao senhor **Antônio Melo**, representante da Associação Catarinense de Aquicultores (ACAQ), que demonstrou preocupação com o RGP, principalmente para a piscicultura, onde não se consegue acessar linha de crédito. O senhor **Antônio** disse estar cobrando isso de Brasília, mas a última resposta que obteve é que estão fazendo reparo no sistema. A seguir, o senhor **Antônio** falou da migração da Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, pois essa transferência não abrange somente o setor pesqueiro, mas a piscicultura e maricultura em geral. A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra ao senhor **Leonardo Cabral da Costa**, Presidente da Câmara Setorial da Maricultura Catarinense, que justificou a ausência do senhor **Sérgio Winckler**, Gerente de Pesca e Aquicultura do Estado, que no dia de hoje está fazendo a implantação da Câmara Setorial de Piscicultura em Itajaí. O senhor **Leonardo** ressaltou que o tema para dois mil e dezoito é a descentralização da gestão da Maricultura, e citou que a Maricultura de Santa Catarina detém noventa por cento da produção nacional. Mostrou repúdio à bagunça ministerial hoje instalada. Em ato contínuo, o senhor **Presidente** passou a palavra ao senhor **José Henrique Francisco dos Santos**, Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura e Pesca da Palhoça, o qual ressaltou que o orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca, atualmente, é de noventa e cinco por cento para a agricultura e cinco por cento para pesca. O senhor **José Henrique** falou das diferentes características de pesca aqui no Estado e das várias portarias, citando a portaria da pesca da tainha, concluiu dizendo que com tantas regras de capturas o pescador acaba pescando irregularmente. A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra para o senhor **Gilson Marcos dos Santos**, Secretário de Pesca e Maricultura de Governador Celso Ramos, que ressaltou a fiscalização do IBAMA e

da Polícia Ambiental, e falou da necessidade de criar uma Secretaria que vise estruturar e alavancar nossas demandas. Dando continuidade, o senhor **Presidente** passou a palavra ao senhor **Juarez Espelocin dos Santos**, Presidente do Sindicato dos Pescadores Artesanais de Santa Catarina, que comentou com muita veemência sobre a mudança da Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, dizendo que o pescador hoje está vivendo como um marginal, pois se encontra de mãos atadas e, que governo os trata com descaso, desconfiança e desdém. O senhor **Presidente** fez o seguinte encaminhamento: solicitou uma audiência com o Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, senhor Moacir Sopelsa, com a área jurídica do Governo e com o Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, Deputado Jorginho Mello. O senhor **Presidente** agradeceu a presença dos senhores Deputados e os demais presentes e encerrou a presente reunião. E, para constar, eu, Denise da Silva, chefe de secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelo senhor **Presidente**, Deputado Padre Pedro Baldissera e posteriormente publicada no diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Padre Pedro Baldissera
Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezoito, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Gabriel Ribeiro, José Milton Scheffer, Luciane Carminatti, Luiz Fernando Vampiro, Milton Hobus, Patrício Destro e Rodrigo Minotto. O Deputado Carlos Chiodini justificou sua ausência mediante ofício. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente deu boas vindas ao senhor Paulo Eli, Secretário de Estado da Fazenda e Graziela Luiza, Diretora da Contabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda para em audiência de acordo com o art. 9º, § 4º, da LCP 101/200, para que possam apresentar os relatórios resumidos da execução orçamentária do 2º e 3º quadrimestres de 2017. Em seguida, por um tempo estimado de trinta minutos inicia-se a apresentação que ao final será os Deputados poderão fazer perguntas e questionamentos. Ao final o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0099.6/2018, que altera a Lei nº 15.736, de 2012, que dispõe, define e disciplina a piscicultura de águas continentais no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao processo posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0213.1/2018, que dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal PGR-443, no Município de Pedras Grandes, e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao processo posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Milton Scheffer** relatou o OF.0012.1/2017, que encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao 4º trimestre de 2016, seu parecer foi favorável ao ofício, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Milton Scheffer** relatou o OF.0032.5/2017, que encaminha o Balanço Geral de 2016, o Relatório da Auditoria Interna nº AUDI-084/2017, que segue acompanhado em disco compacto (CD) dos processos licitatórios relativos ao 4º trimestre de 2016, bem como o Relatório de Atividades Anual 2016 do Tribunal de Contas do Estado, seu parecer foi favorável ao ofício, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0474.9/2017, que dispõe sobre o dever de as empresas concessionárias de serviço de telefonia móvel permitirem ao consumidor a acumulação de franquia de dados, quando não utilizada no mês de aquisição, para uso no mês subsequente, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vistas em gabinete ao Deputado Gabriel Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, vinte e um de novembro de dois mil e dezoito.

Deputado MARCOS VIEIRA
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

EXTRATOS

EXTRATO Nº 185/2018

REFERENTE: 5º Termo Aditivo celebrado em 01/12/2018, referente ao Contrato CL nº 002/2016-00, celebrado em 11/02/2016, cujo objeto é Aquisição de 1100 licenças de uso da solução para a proteção corporativa contra vírus da marca kaspersky, trojans, worms, spywares, adwares, rootkits e outros.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Trueit Consultoria em Informática Ltda

OBJETO: REFERENTE À O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato nº 002/2016 para período compreendido entre 12/02/2019 a 11/02/2020.

VIGÊNCIA: 12/02/2019 à 11/02/2020

VALOR MENSAL: R\$ 6.408,81

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, art. 57, inciso II; Contrato original, item 4.1 da Cláusula Quarta; Atos da Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; Autorização Administrativa em despacho exarado no CI nº 061/CEO-DF/18 de 15/10/2018.

Florianópolis/SC, 7 de Dezembro de 2018

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor- Geral

Felipe Cesar Martins - Diretor de Tecnologia e Informações

Ewerton Luis Alves - Sócio

EXTRATO Nº 186/2018

REFERENTE: Convênio CL nº 001/2019-00, celebrado em 01/12/2018.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente convênio tem por objeto proporcionar a ALESC o acesso ao uso do Cadastro de Veículos de Comunicação instituído pelo Decreto nº 876 de 30/11/07. Compete a SECOM manter registros cadastrais para habilitação dos Veículos de Comunicação conforme estabelecido pelo Decreto nº 876 de 30/11/07. O acesso pela ALESC à utilização do cadastro de Veículos de Comunicação dar-se-á através da rede internacional de computadores - Internet.

VIGÊNCIA: 01/01/2019 à 31/12/2023

VALOR GLOBAL: R\$ 0,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e alterações posteriores; Autorização Administrativa através de despacho no Ofício CL nº 845/2018.

Florianópolis/SC, 7 de Dezembro de 2018

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor- Geral

Sr. Gonzalo Pereira - Secretário de Estado da SECOM

EXTRATO Nº 187/2018

REFERENTE: 1º Termo Aditivo celebrado em 01/12/2018, referente ao Contrato CL nº 140/2017-00, celebrado em 23/11/2017, cujo objeto é À contratação de empresa para prestação de serviços especializados em reprodução de boletins informativos copias coloridas e monocromáticas, através de máquinas off-set.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: A4 Digital Print EPP.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato nº 140/2017 para período compreendido entre 1º/01/2019 a 31/12/2019.

VIGÊNCIA: 01/01/2019 à 31/12/2019

VALOR MENSAL: R\$ 33.333,33

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, art. 57, inciso II; Contrato original, item 4.1 da Cláusula Quarta; Atos da Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; Autorização Administrativa em despacho exarado no CI nº 057/CEO-DF/18 de 15/10/2018.

Florianópolis/SC, 7 de Dezembro de 2018

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor- Geral

Felipe Cesar Martins - Diretor de Tecnologia e Informações

José Carlos Furtado Carrelas - Sócio

EXTRATO Nº 189/2018

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL nº 005/2018-00, celebrado em 31/10/2018.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: INTERSYSTEMS DO BRASIL LTDA

OBJETO: Suporte Técnico e atualização de versão das licenças de Banco de Dados Cachê, Upgrade da licença de Plataforma Independente de 64 Bits para 100 usuários BD e fornecimento e Upgrade para 10 usuários de licenças de Cachê de plataforma específica independente, de 64 Bits usuários Server.

VIGÊNCIA: 01/11/2018 à 30/10/2019

VALOR GLOBAL: R\$ 44.124,24

VALOR MENSAL: R\$ 3.677,02

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa através Processo de Inexigibilidade LIC nº 0055/2018 e Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1369 (Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática), Elemento 3.3.90.40.00 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica), Subelemento: 3.390.39.08 (manutenção de software), todos do orçamento da ALESC.

Florianópolis/SC, 7 de Dezembro de 2018

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor- Geral

Felipe Cesar Martins - Diretor de Tecnologia e Informações

Lonarte Sperling Veloso - Coordenador de Licitações e Contratos

EXTRATO Nº 190/2018

REFERENTE: Contrato CL nº 030/2018-00, celebrado em 31/10/2018.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: INTERSYSTEMS DO BRASIL LTDA

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato os serviços de Suporte Técnico e atualização de versão das licenças de Banco de Dados Cachê, Upgrade da licença de Cachê para Plataforma Independente de 64 Bits para 100 usuários BD e fornecimento e Upgrade para 10 usuários de licenças de Cachê de plataforma específica independente, de 64 Bits usuários Server.

VIGÊNCIA: 01/11/2018 à 30/10/2019

VALOR GLOBAL: R\$ 44.124,24

VALOR MENSAL: R\$ 3.677,02

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93; Autorização Administração mediante processo LIC 055/2018; Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017 e; Inexigibilidade de Licitação nº 005/2018.

Florianópolis/SC, 7 de Dezembro de 2018

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor- Geral

Felipe Cesar Martins - Diretor de Tecnologia e Informações

Carlos Alberto Marcicano - Representante Legal

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: 1º Aditivo referente ao Termo de Convênio 009/2017.

PARTÍCIPES: A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC e Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio de Cooperação Técnico institucional 009/2017, celebrado em 01/01/2018, pelo período de um ano, compreendido entre 01/01/2019 a 31/12/2019, permanecendo as suas demais cláusulas e condições.

SIGNATÁRIOS: **Deputado Silvio Dreveck** - Presidente da ALESC e **Antônio Aleixo Lunelli** - Prefeito Municipal de Jaraguá do Sul.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2018.

Carlos Antonio Blossfeld

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1875, de 06 de dezembro de 2018**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor DANIEL PASSOS RIBEIRO, matrícula nº 8354, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Dezembro de 2018 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Antonio Blossfeld

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1876, de 06 de dezembro de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 041/2018.

Matr	Nome do Servidor	Função
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	Pregoeiro
2016	CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT	Pregoeiro substituto
1039	VICTOR INÁCIO KIST	Equipe de apoio
1094	ALDO LUIZ GARCIA	
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	
1877	ANTONIO HENRIQUE C. BUCÃO VIANNA	

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1877, de 06 de dezembro de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1175	JOAO ROBERTO PIO	10	26/09/2018	3357/2018
3129	LORIS ZAKHARIA NASSAR CAMISAO	11	22/10/2018	3358/2018

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1878, de 06 de dezembro de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2071	MARTA LUCIA MASSOLINI LIPPEL	60	19/10/2018	3359/2018
6333	MARCIO WELTER	12	04/10/2018	3360/2018
732	MARIA SALETE VOSS ROSA	60	15/10/2018	3361/2018

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1879, de 07 de dezembro de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR o servidor RICARDO ALMEIDA, matrícula nº 6322, na DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões, a contar de 6 de dezembro de 2018.

Carlos Antonio Blossfeld

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1880, de 07 de dezembro de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR LUIZ CARLOS SILVA, matrícula nº 1148, servidor do Executivo - Secretaria de Estado da Fazenda à disposição da ALESC, na DL - Coordenadoria do Orçamento Estadual, a contar de 7 de dezembro de 2018.

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1881, de 07 de dezembro de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 03 de dezembro de 2018.
Gab Dep Kennedy Nunes

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6283	MARLI SALETE CHAVES DE SOUZA	CRICIUMA

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1882, de 07 de dezembro de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: Com fundamento no Ato da Mesa nº 783/2014, de 18/11/2014

Art. 1º INCLUIR na Escala de Férias relativa ao exercício de 2018, publicada pela Portaria nº 2026, de 21/11/2017, a previsão de férias para ser usufruída a contar de 02 de janeiro de 2019, dos seguintes servidores:.

Matrícula	Servidor
7963	ADRIANO FELIX DA CUNHA
6909	CARLOS ALBERTO MORETÃO
3734	EVERALDO DOS SANTOS
8709	GENESIO ANTONIO COLLE
8397	GORETE ALVINA DE FREITAS
3557	GUSTAVO HENRIQUE SERPA
7943	JARA GASSENFERTH
8393	KAREN LAISLA CASAGRANDE DO NASCIMENTO
7575	LENILSO LUIS DA SILVA
7570	LEOBERTO VITOR CRISTELLI
8000	MARCIO FRITZEN
8396	MARIA ISABEL DEBATIN
3181	NILO BORTOLI
8392	PATRICIA CAROLINE GONÇALVES DA SILVA
5242	ROSELI EUCLIDES COSTA BISONI
3441	RUI BUSSOLO
6229	VITOR SCHMITT SILVEIRA
8395	WICTOR DOLBERT DA SILVA

Art. 2º As datas de previsão de férias dos servidores, citados no artigo anterior, constante da Escala do Exercício de 2018 fica vinculada ao Exercício de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI**PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 00222/2018**

Altera o art. 9º da Lei nº 13.342, de 2005, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC) e estabelece outras providências.

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º.....

§ 2º O FADESC recolherá ao Tesouro do Estado e este registrará, sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias - ICMS, mensalmente, o valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pelas empresas beneficiárias do PRODEC, observadas as vinculações constitucionais e legais e os repasses já efetuados aos Municípios.

Art. 2º Os valores disponíveis no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC), na data da publicação desta Lei, serão recolhidos ao Tesouro do Estado e registrados sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias - ICMS, conforme o valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pelas empresas beneficiárias do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), observadas as vinculações constitucionais e legais e os repasses já efetuados aos Municípios.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 05/12/2018

Deputado Marcos Vieira

Relator

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº PL./0302.1/2018**

Denomina Doutor Paulo Macarini o Contorno Viário que liga os Municípios de Capinzal e Ouro.

Art. 1º Fica denominado Doutor Paulo Macarini o Contorno Viário que liga os Municípios de Capinzal e Ouro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente
Sessão de 05/12/18

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo homenagear o Doutor Paulo Macarini, notável homem público, dando seu nome ao Contorno Viário que liga os Municípios de Capinzal e Ouro.

Paulo Macarini era catarinense, nascido a 23 de março de 1932, em Capinzal, cidade do vale do Rio do Peixe. Casado com Ieda Sonira Becker Macarini, companheira e incentivadora da árdua luta política em prol de Santa Catarina, dos direitos da cidadania e do restabelecimento pleno das liberdades democráticas em nosso País. O casal teve quatro filhos: Paulo Junior (engenheiro mecânico); Ana Eliete (advogada); Luiz Ricardo (técnico agrícola) e Ana Beatriz (fisioterapeuta).

Macarini era advogado, formado, em 1957, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, e também técnico em contabilidade e professor.

Descendente de italianos, herdou o espírito de luta dos imigrantes que vieram com o obstinado desejo de adotar a nossa Pátria e aqui construir uma nova vida, realizando o ideal de uma comunidade justa, que oferecesse a todos as mesmas oportunidades e os mesmos direitos conquistados pela história heroica e sofrida.

Homem do interior, venceu, desde a infância, barreiras para atingir seus objetivos e, então, deixou sua cidade para realizar os estudos secundários em Joaçaba/SC e Erechim/RS. Em Florianópolis, aprendeu a ciência do Direito e a arte de advogar pelas causas mais nobres, que expõem a verdadeira essência das ciências jurídicas e das garantias individuais.

Aquele tempo, via na participação política o caminho mais próximo e adequado para alcançar esse fim. E, assim, retornou à sua cidade natal, onde se elegeu Vereador em 1957, aos 25 anos, com dedicada e firme vontade de prestar relevantes serviços à sua comunidade.

Paralelamente ao seu mandato de Vereador, diversificou e intensificou a sua atuação no Estado de Santa Catarina. Foi Delegado Regional do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País (atual SUDESUL), nos anos de 1960 e 1962. Foi Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e, cumulativamente, Secretário do Trabalho, entre 1961 e 1962, durante a gestão do Governador Celso Ramos.

Como Delegado Regional da Fronteira Sudoeste, foi responsável pela nova dimensão administrativa alcançada pela entidade, fruto de sua capacidade dinamizadora, que deu outra mentalidade nos trabalhos. Em visita aos Municípios, estimulou os Prefeitos a exteriorizarem suas necessidades, apresentou planos de recuperação financeira, apontando o potencial econômico existente nas localidades, abriu espaço às ideias comunitárias utilizando soluções como a de construir açudes, que tanto beneficiam as iniciativas públicas e privadas. À época, seu trabalho foi considerado excepcional. A partir daí, firmou a imagem de homem público, que se confirmaria no futuro.

Sendo assim, a convivência política, ainda de caráter local e regional, proporcionou-lhe a experiência necessária para alargar sua área de atuação, fazendo despontar seu trabalho na esfera nacional.

No pleito de outubro de 1962, foi eleito Deputado Federal por Santa Catarina, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumindo o mandato em fevereiro de 1963, durante o governo do Presidente João Goulart. Foi, em seguida, escolhido Vice-Líder do PTB na Câmara dos Deputados, sendo reconduzido ao posto em junho de 1964 e setembro de 1965, respectivamente.

Marcou sua presença na tribuna da Câmara Federal, legislando em defesa da causa trabalhista, destacando-se na discussão dos grandes temas brasileiros. Participou da criação do Plano Viário Nacional com a inclusão de seis novas rodovias para o Estado de Santa Catarina.

Participou da UPI, em Lima, Peru, no ano de 1964, como observador parlamentar e também da Conferência dos Ministros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em Montevidéu, em 1965, e da XX Sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1966.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional, em 27 de outubro de 1965, e a posterior instauração do bipartidarismo, ajudou a fundar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agremiação oposicionista criada em março de 1966. Dois meses depois, era escolhido Vice-Líder do MDB e, no pleito de novembro do mesmo ano, foi reeleito Deputado Federal por Santa Catarina, na legenda da oposição.

Engajado na corajosa defesa da soberania nacional, constou, durante cinco anos, de 1964 a 1968, na relação dos dez melhores parlamentares brasileiros pelo trabalho realizado em Plenário, Comissões Técnicas e pela atuação política em várias áreas, conforme a escolha do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, figurando em diversas listas simultaneamente.

Foi autor de Projeto de Anistia aos estudantes e trabalhadores punidos por motivos políticos, em 1968, por ocasião da morte do estudante Edson Luiz, no Rio de Janeiro.

Cassado pelo AI-5, em 16 de Janeiro de 1969, pelo arbítrio que se instalara no País, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Retornando as atividades particulares realizou-se profissionalmente, advogando em mais de cinquenta comarcas, desde Belém até Porto Alegre.

Exerceu a advocacia em Santa Catarina e no Paraná e patrocinou causas das comunidades carentes. Foi Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/PR, no biênio 1983/84.

Em 1982, enquanto membro do Diretório Regional do PMDB de Santa Catarina, participou da campanha política como candidato a suplente de senador por seu Estado. Convidado para a função de Presidente do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), Paulo Macarini assumiu, no dia 23 de maio de 1985, perante toda a nação brasileira, com grande entusiasmo, a responsabilidade de moralizar e modernizar essa instituição que é patrimônio dos trabalhadores.

Desincompatibilizou-se, no dia 13 de fevereiro de 1986, para concorrer a Deputado Federal, tendo sido eleito pelo PMDB. Na Constituinte, exerceu a função de Vice-Líder do PMDB, responsável pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, por escolha do Líder Mario Covas.

Posteriormente, foi nomeado, por escolha da Câmara Federal, "Membro do Conselho da República" no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1991 a 1994.

Assim, para homenagearmos esse importante cidadão catarinense, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Romildo Titon

* * *

PROJETO DE LEI Nº PL./0303.2/2018

Altera o item 125 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação da Associação dos Deficientes, de Joinville, para Associação dos Deficientes Físicos de Joinville - ADEFJ.

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,

Deputado Darcy de Matos
Relator

Lido no Expediente
Sessão de 05/12/18

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015)
"ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
JOINVILLE		LEI ORIGINAL Nº
125	Associação dos Deficientes	7.736, de 1989
.....

“(NR)

JUSTIFICATIVA

Em razão da mudança de denominação da Associação dos Deficientes, de Joinville, para Associação dos Deficientes Físicos de Joinville - ADEFJ, tal como demonstrado nos autos, cabe a este Colegiado apresentar o presente Projeto de Lei, com o fim de promover a referida alteração.

Comissão de Constituição e Justiça

* * *

PROJETO DE LEI Nº PL./0304.3/2018

Isenta os veículos automotores de duas rodas do pagamento da tarifa de pedágio nas rodovias estaduais de Santa Catarina.

Art. 1º Os veículos automotores de duas rodas são isentos do pagamento da tarifa de pedágio nas rodovias estaduais de Santa Catarina.

Parágrafo único. Aos veículos automotores de duas rodas aos quais estejam conectados *sidecar* ou semirreboque não se aplica a isenção prevista nesta Lei.

Art. 2º Nas praças de pedágio deve haver área de livre passagem, devidamente sinalizada, para os veículos automotores de duas rodas.

Art. 3º Os contratos de concessão de rodovias estaduais devem prever a isenção de que trata esta Lei, fixando penalidade de concessionária pelo seu descumprimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Milton Hobus

Lido no Expediente
Sessão de 05/12/18

JUSTIFICATIVA

Submeto o presente Projeto de Lei à consideração deste Colegiado, o qual visa estimular o uso de veículos menos poluentes (de duas rodas), bem como otimizar os gastos com a infraestrutura catarinense.

Caminhamos na contramão das políticas públicas aplicadas pelas economias que detêm os maiores índices de desenvolvimento mundial. Prova disso é que Santa Catarina apresenta uma taxa de crescimento no licenciamento de veículos pesados maior do que a de motocicletas. Esse cenário expõe a carência de medidas estratégicas que objetivem a eficiência da mobilidade e do desenvolvimento sustentável.

Deve-se chamar a atenção para o elevado dispêndio de horas que o cidadão catarinense dedica ao trânsito, haja vista os grandes congestionamentos enfrentados diariamente pelos habitantes das nossas maiores cidades.

Nesse sentido, é essencial que esteja incluído nos acordos público-privados o estímulo às alternativas de transporte modernas, tendo os veículos de duas rodas papel de destaque, em face da redução do impacto ambiental, do trânsito e do dispêndio de recursos financeiros pelo Erário com a manutenção de rodovias.

Por fim, saliento que outras unidades federativas já adotaram a medida objeto da presente proposta legislativa.

Nesse sentido, conto com o apoio dos senhores Parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Milton Hobus

* * *

PROJETO DE LEI Nº PL./0305.4/2018

Altera o art. 98 da Lei nº 10.297, de 1996, que "Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e adota outras providências", para determinar que conste justificativa fundamentada nos atos que regulamentam o imposto, conforme especifica.

Art. 1º O art. 98 da Lei nº 10.297, de 28 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 98....."

Parágrafo único. Todo e qualquer ato administrativo editado com fundamento nesta Lei, deverá observar o disposto na Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013, contendo justificativa fundamentada em anexo ao ato, observados;

I - indicadores econômicos oficiais que justifiquem sua motivação; e

II - seu objetivo; e

III - previsão de resultados financeiros e sociais provenientes da medida.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões,

Deputado Milton Hobus

Lido no Expediente

Sessão de 06/12/18

JUSTIFICATIVA

Esta proposta de lei visa tornar de entendimento amplamente acessível ao cidadão catarinense os atos administrativos governamentais, tendo a transparência administrativa como um de seus maiores pilares e o fundamento jurídico do princípio da publicidade, estampado no *caput* art. 37 da Constituição Federal, reforçado pelo art. 5º, inciso XXXIII, tal como estabelecido no inciso LX do art. 5º da Constituição Federal.

Na perspectiva do senso comum, Carlos Roberto Almeida da Silva permite-nos entender:

Quando se pensa em transparência administrativa, a ideia primeira que nos vêm é a de publicidade das ações dos governos, no entanto, são necessárias outras medidas que vão além da simples divulgação dos serviços públicos realizados ou prestados à sociedade. **Transparência não é apenas disponibilizar dados, mas fazê-lo em linguagem clara e acessível a toda a sociedade interessada. Dessa forma, dar transparência é chamar a sociedade para participar dos rumos do Estado**, é motivar a decisão tomada e também divulgar todos os atos, salvo as exceções normativas.

Na Administração Pública brasileira, a transparência, que é decorrência do Estado Democrático de Direito, este concebido pela Constituição Federal de 1988, visa objetivar e legitimar as ações praticadas pela Administração Pública por meio da redução do distanciamento que a separa dos administrados; se concretiza segundo Martins Júnior (2010, p. 40) “pela publicidade, pela motivação, e pela participação popular nas quais os direitos de acesso, de informação, de um devido processo legal articulam-se como formas de atuação”.

A participação popular (interligada com o princípio da publicidade) é outro importante princípio ou instrumento para forçar que se dê transparência aos atos administrativos. Os incisos de I a III do § 3º do art. 37, da Constituição Federal, estabelece que a lei disciplinará a participação do usuário na Administração Pública direta e indireta, para regular o direito de representação quanto à qualidade do serviço e a negligência e o abuso no exercício de função pública, bem como o acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo.

Outra contribuição para a formação do conteúdo jurídico do princípio da transparência é o princípio da motivação, pela qual se impõe que toda a atividade da Administração Pública deva vir acompanhada dos fundamentos que ensejaram a decisão, não bastando à divulgação apenas do ato em si, mas as razões que determinaram a sua prática, segundo Furtado (2010, p. 125) “ao motivar seus atos, deve o administrador explicitar as razões que o levam a decidir, os fins buscados por meio daquela solução administrativa e a fundamentação legal adotada”.

Como meio de externalização dos motivos condutores do ato e requisito de validade do ato, a motivação garante aos administrados o conhecimento das razões e fundamentos e serve como parâmetro para o diagnóstico da fidelidade aos princípios da Administração Pública e para mensuração da materialidade, qualificação jurídica e adequação dos fatos e da decisão tomada, considerados o objeto e a finalidade.

O princípio da transparência, embora não explícito entre os princípios do artigo 37 da Constituição Federal, é uma norma de normas jurídicas, pois assim são os princípios, norma de

normas, e que por seu turno tem caráter vinculante, constituindo um dever de quem esteja à frente da Administração Pública e, concomitantemente, um direito subjetivo público do indivíduo e da comunidade.

Ainda, o entendimento dos Tribunais quanto à importância do princípio da motivação dos atos administrativos tem sido demonstrada nas decisões, uma vez que seria extremamente prejudicada a análise das condutas administrativas sem as razões motivadoras que permitissem reconhecer seu afinamento ou desafinamento com os princípios, tais como, a legalidade, finalidade, proporcionalidade, razoabilidade, moralidade, contraditório e ampla defesa, permitindo, assim, formar uma linha divisória entre os atos praticados dentro da legalidade ou atos que passíveis de nulidade.

O Poder Judiciário tem expressado o princípio da motivação é fundamental para o controle da legalidade dos atos administrativos, tal como se vê na decisão abaixo colacionada:

“EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. APREENSÃO DE VEÍCULO ESTACIONADO EM LOCAL PROIBIDO. TERMO DE APREENSÃO SEM DISPOSITIVOS LEGAIS. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO QUE REGE TODOS OS ATOS ADMINISTRATIVOS E DO DIREITO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE DE ATO. REEXAME NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1-Termo de Apreensão sem constar os dispositivos que demonstram a infração cometida. Exigência necessária em virtude do direito que se tem em saber a motivação que gerou a imposição da penalidade. 2-Violação flagrante do princípio da motivação que rege todos os atos administrativos. 3-Reexame Necessário não provido. 4-Decisão Unânime. Processo: REEX 379915220068170001 PE 0037991-52.2006.8.17.0001; Relator(a): José Ivo de Paula Guimarães; Julgamento: 12/04/2012; Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível; Publicação: 76.” (grifo nosso)

“EMENTA: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PERDA DE OBJETO NÃO CONFIGURADA. DIREITO DE ACESSO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO, DE VISTA DA ALUDIDA PROVA E DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. I - Não se vislumbra, na espécie, o esgotamento do objeto da presente impetração, decorrente do cumprimento da decisão liminarmente proferida nestes autos, na medida em que tal decisão não tem o condão de caracterizar, por si só, a prejudicialidade do mandamus, em face da natureza precária daquele decisum, a reclamar o pronunciamento judicial quanto ao mérito da demanda, até mesmo para se confirmar, ou não, a legitimidade do juízo de valor liminarmente emitido pelo julgador. II - O acesso aos critérios de correção da prova de redação, bem assim de vista da aludida prova e de prazo para interposição de recurso é direito assegurado ao candidato, encontrando respaldo nos princípios norteadores dos atos administrativos, em especial, o da publicidade e da motivação, que visam assegurar, por fim, o pleno exercício do direito de acesso às informações, bem como do contraditório e da ampla defesa, com observância do devido processo legal, como garantias constitucionalmente consagradas (CF, art. 5º, incisos XXXIII, LIV e LV). TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. AMS 2004.34.00.021156-9/DF. Relator: Desembargador Federal Souza Prudente, julgado em 30/6/2008, DJF1 4.ago.2008. p. 452.” (grifo nosso)

Nesse contexto, é simples a compreensão de que o princípio da motivação está consagrado em várias doutrinas, como também no entendimento do Poder Judiciário, pois sua importância está ligada ao controle da legalidade dos atos administrativos, devendo ser exposta de forma clara e congruente, alcançar a fim de se alcançar a eficácia nas decisões da Administração Pública e a moralidade jurídica.

Ainda, no sentido prático, a medida que ora proponho designa-se a dar ampla clareza às decisões governamentais, especialmente no âmbito do Regulamento do ICMS (RICMS) que, via de regra, só resulta no debate parlamentar quando tais atos geram efeitos posteriores negativos.

Diante do exposto, solicito aos nobres Pares a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputado Milton Hobus

* * *